



**Aquisição de projeto de execução para a**

# **Requalificação da Rua do Arco - Viseu**

***Concurso Público***

*Viseu, dezembro de 2024*

**- CADERNO DE ENCARGOS -**

## ÍNDICE

### Conteúdo

I – CLÁUSULAS GERAIS.....	4
1 – DISPOSIÇÕES GERAIS .....	4
1.1 – Disposições, e Cláusulas por que se rege a Prestação de Serviços.....	4
1.2 – Regras de Interpretação dos Documentos que regem a Prestação de Serviços .....	4
1.3 – Patentes, Licenças, Marcas e Desenhos Registados.....	4
1.4 – Seguros .....	5
1.5 – Foro Competente.....	6
1.6 – Arbitragem .....	6
1.7 – Caso Fortuito ou de Força Maior .....	6
1.8 – Impedimentos na Execução dos Serviços .....	6
1.9 – Tratamento de Dados Pessoais .....	6
1.10 – Confidencialidade, e Sigilo.....	7
1.11 – Contrato .....	7
1.12 – Cessão da Posição Contratual .....	7
1.13 – Representantes do Adjudicatário e da Entidade Adjudicante.....	7
1.14 – Responsabilidade do Adjudicatário por Prejuízos decorrentes da Execução de Trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões .....	8
1.15 – Resolução do Contrato .....	8
2 – OBJETO E PREÇO BASE.....	9
2.1 – Objeto da Prestação de Serviços .....	9
2.2 – Preço Base .....	9
3 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FACTURAÇÃO .....	9
3.1 – Pagamentos.....	9
3.2 – Faturação.....	9
3.3 – Mora no Pagamento .....	10
4 – PRAZOS DE EXECUÇÃO.....	10
4.2 – Multas por Violação dos Prazos Contratuais.....	10
II – CLÁUSULAS TÉCNICAS .....	11
1 – DISPOSIÇÕES GERAIS .....	11
1.1 – Localização.....	11
1.2 – Descrição do Projeto / Ações .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
1.3 – Condicionantes Financeiras .....	11
1.4 – Equipa Técnica.....	11
1.5 – Coordenação e Acompanhamento do Desenvolvimento do Projeto.....	12



---

1.6	– Cumprimento do Direito em Vigor.....	12
1.7	– Direitos de Autor .....	12
2	– PROJETOS .....	13
2.1	– Conteúdo dos Projetos .....	13
2.2	– Modo de Apresentação dos Projetos .....	13
3	– AMBIENTE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO .....	13
3.1	Orientações Ambientais .....	13
3.2	– Higiene e Segurança no Trabalho .....	13
4	– TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS .....	14
5	Anexo I – Informações sobre o tratamento de dados.....	17

## **I – CLÁUSULAS GERAIS**

### **1 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **1.1 – Disposições, e Cláusulas por que se rege a Prestação de Serviços**

1.1.1 Na prestação dos serviços observar-se-ão:

- a) As cláusulas do Contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
- b) O Código dos Contratos Públicos (CCP);

1.1.2 Para os efeitos estabelecidos na alínea a) da cláusula 1.1.1, consideram-se integrados no Contrato, as peças do procedimento, a proposta do Adjudicatário e, bem assim, todos os outros documentos que sejam referidos no título contratual ou neste Caderno de Encargos e, sem prejuízo, do disposto no n.º 5 do artigo 96.º do CCP:

- a) O suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar nos termos do artigo 50.º do CCP;
- b) Os esclarecimentos, as alterações e as retificações relativas ao presente Caderno de Encargos, nos termos do artigo 50.º do CCP;
- c) O presente Caderno de Encargos, com todas as peças que o constituem;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário;
- f) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no Caderno de Encargos.

1.1.3 Os diplomas legais e regulamentares a que se referem as alíneas da cláusula 1.1.1 serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo Contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

#### **1.2 – Regras de Interpretação dos Documentos que regem a Prestação de Serviços**

1.2.1 As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no Contrato, se não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com o disposto no artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos, doravante CCP, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

#### **1.3 – Patentes, Licenças, Marcas e Desenhos Registados**

1.3.1 Serão inteiramente de conta do Adjudicatário os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, no fornecimento, de quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial e / ou direitos de autor ou direitos conexos, bem como quaisquer direitos de propriedade intelectual por ele utilizados.

1.3.2 Se a Entidade Adjudicante vier a ser demandada por ter sido infringido na execução do Contrato, qualquer dos direitos mencionados na cláusula anterior, o Adjudicatário indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

- 1.3.3 O Adjudicatário é responsável por qualquer violação das normas legais ou direitos de terceiros em relação a patentes, modelos de qualidade, marcas, modelos e desenhos industriais e/ou direitos de autor ou direitos conexos, bem como, quaisquer direitos de propriedade intelectual por ele utilizados, em que incorra do presente Contrato.

#### **1.4 – Seguros**

- 1.4.1 O Adjudicatário fica obrigado a contratar e manter válido, um seguro de Acidentes de Trabalho, conforme legislação em vigor, cobrindo todo o pessoal ao seu serviço na execução da prestação de serviços e durante a execução da empreitada, que abranjam todo o pessoal afeto à prestação de serviços, devendo certificar-se da existência de seguros em vigor das entidades subcontratadas ou de qualquer entidade com quem tenha contratado no âmbito dos trabalhos da prestação de serviços, sem os quais, não pode permitir que o pessoal dessas entidades sejam utilizados nas atividades previstas no objeto do presente Contrato.
- 1.4.2 O Adjudicatário fica obrigado a contratar e manter válido, um seguro de Responsabilidade Civil Profissional, que garanta o pagamento das indemnizações devidas por danos patrimoniais e não patrimoniais, em consequência de quaisquer falhas, erros ou omissões cometidas no exercício das atividades previstas no objeto do presente Contrato e que sejam causados a pessoas ou bens de terceiros, de valor não inferior ao previsto no n.º 7 do art.º 378.º do CCP.
- 1.4.3 Os seguros previstos nos pontos 1.4.1 e 1.4.2, deverão cobrir o prazo contratual de execução da obra a que respeita o projeto, desde que esta seja iniciada num prazo de três anos, contado da data da aprovação do projeto.
- 1.4.4 Os encargos decorrentes da manutenção dos seguros, bem como, eventuais franquias, em caso de sinistro indemnizável, serão suportadas pelo Adjudicatário.
- 1.4.5 A existência dos seguros indicados, não exime o Adjudicatário da sua obrigação de indemnizar pelos prejuízos não cobertos relativos aos sinistros por que seja responsável bem como pelo pagamento de qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia em caso de sinistro.
- 1.4.6 Os seguros indicados, em nada diminuem ou restringem as obrigações contratuais do Adjudicatário perante a Entidade Adjudicante.
- 1.4.7 As apólices dos seguros não podem ser anuladas, modificadas nem restringidas nas suas condições sem o prévio e expreso acordo do Dono da Obra.
- 1.4.8 O Adjudicatário será responsável, até ao final do período de assistência técnica, por prejuízos e danos patrimoniais e não patrimoniais e que sejam causados a pessoas ou bens terceiros que, por qualquer motivo, resultem de quaisquer falhas, erros ou omissões cometidas no exercício das atividades previstas no objeto do presente Contrato.
- 1.4.9 O Adjudicatário deverá apresentar à Entidade Adjudicante, antes da data da assinatura do Contrato, uma declaração emitida por seguradora autorizada a desenvolver atividade em Portugal que:
- a) Ateste a existência, conformidade com os números anteriores, de cada um dos seguros;
  - b) Assuma compromisso de comunicar à Entidade Adjudicante com antecedência mínima de 30 (trinta) dias qualquer alteração que possa afetar as coberturas e garantias das respetivas apólices.
- 1.4.10A Entidade Adjudicante pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação.

- 1.4.11 A falta de apresentação da prova de contratação dos seguros mencionados nos pontos 1.4.1 e 1.4.2 impede a execução da prestação de serviços e é imputável ao Adjudicatário, sendo o mesmo responsável por todas as consequências daí concorrentes.

## **1.5 – Foro Competente**

- 1.5.1 Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **1.6 – Arbitragem**

- 1.6.1 Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento de obrigações emergentes, invalidade, resolução ou redução do Contrato, os Outorgantes obrigam-se a procurar uma solução consensual.
- 1.6.2 Qualquer litígio ou diferendo será submetido à apreciação dos responsáveis máximos dos Outorgantes, que envidarão todos os esforços para obter uma solução consensual.
- 1.6.3 Se, no prazo de 30 dias após o início da situação em diferendo, se frustrar a tentativa de resolução referida no número anterior, o litígio ou diferendo será decidido por recurso à jurisdição administrativa competente.

## **1.7 – Caso Fortuito ou de Força Maior**

- 1.7.1 Ocorrendo caso fortuito ou de força maior, nenhuma das partes tem de indemnizar a outra dos prejuízos sofridos, quer a título de danos emergentes, quer por lucros cessantes.
- 1.7.2 Em caso fortuito ou de força maior a parte atingida notificará, imediatamente, por escrito, a outra parte, fornecendo-lhe todas as informações relevantes no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que as partes, em colaboração, procedam ao seu apuramento e à determinação dos seus efeitos.
- 1.7.3 Se a parte afetada assim não proceder, não poderá mais invocar os seus direitos, salvo se o caso fortuito ou de força maior a houver impedido, também, de solicitar oportunamente o apuramento do facto.

## **1.8 – Impedimentos na Execução dos Serviços**

- 1.8.1 Sempre que o Adjudicatário sofra impedimentos na execução dos serviços para que foi contratado, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da ocorrência, informar a Entidade Adjudicante, de modo a esta ficar habilitada a tomar providências que estejam ao seu alcance.

## **1.9 – Tratamento de Dados Pessoais**

- 1.9.1 O Adjudicatário é ainda responsável por garantir o cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação em vigor referente à proteção de dados pessoais, nomeadamente o previsto no n.º 3 do art.º 28.º do Regulamento 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

- 1.9.2 O Município de Viseu pode a todo o tempo solicitar informação e documentação de forma a verificar o cumprimento daquele regulamento.

### **1.10 – Confidencialidade, e Sigilo**

- 1.10.1 O Adjudicatário, incluindo seus trabalhadores ou quaisquer subcontratados e trabalhadores destes, obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do presente procedimento ou do Contrato, mesmo após o seu termo, por qualquer motivo.
- 1.10.2 O Adjudicatário garantirá sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da Entidade Adjudicante.
- 1.10.3 O Adjudicatário deve limitar o acesso às informações confidenciais aos seus empregados, funcionários e contratados que tenham de recorrer às mesmas para a correta execução do Contrato e assegurar que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade nos termos em que esta é exigível ao Adjudicatário.
- 1.10.4 No final da execução do presente Contrato, o Adjudicatário entregará à Entidade Adjudicante todos os documentos por si utilizados ou preparados para a realização dos serviços prestados.
- 1.10.5 Todos os elementos documentais referidos no número anterior passarão a ser propriedade da Entidade Adjudicante, sem prejuízo para direitos de autor e de direitos de propriedade industrial que o Adjudicatário ou qualquer sociedade em relação de grupo ou em domínio tenha sobre os mesmos.
- 1.10.6 Consideram-se excluídos das disposições anteriores:
- a) Os documentos e informações que sejam ou se tornem do conhecimento público, sem que o Adjudicatário de tal facto seja ou possa ser considerado direta ou indiretamente responsável;
  - b) Os documentos e informações que estejam, no momento da sua comunicação, já em posse do Adjudicatário e não sejam objeto de restrições ou limitações;
  - c) Os documentos e informações recebidas pelo Adjudicatário de terceiros que não exijam ao Adjudicatário compromisso de confidencialidade.

### **1.11 – Contrato**

- 1.11.1 O Contrato será celebrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados desde a data da aceitação da minuta, ou da decisão sobre a sua reclamação, respeitando-se em todo o caso, o disposto no artigo 104.º do CCP.

### **1.12 – Cessão da Posição Contratual**

- 1.12.1 O Adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual, no todo ou em parte, ou associar-se, seja sob que forma for, a outra entidade para a execução da presente prestação de serviços.
- 1.12.2 O Adjudicatário não pode ceder os seus créditos decorrentes do presente Contrato.

### **1.13 – Representantes do Adjudicatário e da Entidade Adjudicante**

- 1.13.1 As relações da Entidade Adjudicante com o Adjudicatário processar-se-ão através de

representante a designar pela Entidade Adjudicante. O Adjudicatário indicará, até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato, o seu representante junto da Entidade Adjudicante, com poderes para resolver a generalidade dos assuntos emergentes do Contrato.

1.13.2A Entidade Adjudicante poderá fazer-se representar por técnicos, assessores e/ou outras Entidades da sua escolha, no acompanhamento da prestação de serviços.

#### **1.14 – Responsabilidade do Adjudicatário por Prejuízos decorrentes da Execução de Trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões**

1.14.1 Sempre que, no âmbito da execução da empreitada a que respeita o presente projeto, se verificarem trabalhos de erros e omissões que decorram do incumprimento de obrigações assumidas pelo Adjudicatário perante o Município de Viseu será aquele responsável perante esta, pelos prejuízos causados.

1.14.2O Empreiteiro fica sub-rogado ao direito de indemnização que assiste ao Dono da Obra perante o Adjudicatário até ao limite que deva ser suportado pelo Empreiteiro nas situações referidas nos números 3 e 5 do art.º 378.º do CCP.

1.14.3No caso previsto no número anterior, a responsabilidade do Adjudicatário perante o Município de Viseu ou o Empreiteiro, é limitada ao triplo dos honorários a que o Adjudicatário tenha direito ao abrigo do respetivo Contrato, salvo se a responsabilidade em causa tiver resultado de dolo ou negligência grosseira no cumprimento das suas obrigações.

1.14.4A aprovação do projeto pelo Município de Viseu, não exime a responsabilidade do Adjudicatário pelo cumprimento defeituoso do Contrato, designadamente pelos erros e omissões nos dados, peças ou informações de sua autoria e/ou por si fornecidas, pela violação das regras de arte ou de deveres de zelo e de cuidado.

#### **1.15 – Resolução do Contrato**

1.15.1O incumprimento do Contrato pelo Adjudicatário dará à Entidade Adjudicante o direito de resolver nos termos gerais do direito.

1.15.2Para efeitos do número anterior, a Entidade Adjudicante notificará por escrito o Adjudicatário para sanar as deficiências assinaladas no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

1.15.3Não se verificando sanadas as deficiências notificadas, a Entidade Adjudicante poderá resolver então o Contrato, operando-se a resolução na data da receção da referida notificação.

1.15.4O incumprimento do prazo para a prestação de serviços dá direito à Entidade Adjudicante de proceder à resolução automática do presente Contrato operando-se esta resolução na data de receção da notificação por parte do Adjudicatário.

1.15.5Com a receção da notificação o Adjudicatário deve iniciar, de imediato, todas as diligências que lhe permitam cessar a prestação de serviços.

1.15.6Caso a Entidade Adjudicante venha a resolver o Contrato, o Adjudicatário deverá indemnizar a Entidade Adjudicante pelo valor dos danos e prejuízos a este causado em virtude do comportamento faltoso.

1.15.7A resolução do Contrato, por qualquer razão, não prejudicará ou afetará os direitos constituídos e os deveres e responsabilidades assumidas por qualquer dos outorgantes.



## 2 – OBJETO E PREÇO BASE

### 2.1 – Objeto da Prestação de Serviços

2.1.1 A prestação de serviços tem por objeto a **Aquisição de projeto de execução para a “Requalificação da Rua do Arco - Viseu”**.

### 2.2 – Preço Base

2.2.1 Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 47.º do Código dos Contratos Públicos, o preço base do presente procedimento é de **12 000,00€** (doze mil euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

## 3 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FACTURAÇÃO

### 3.1 – Pagamentos

3.1.1 Os pagamentos serão efetuados de acordo com o seguinte faseamento:

Fase de Projeto	% do valor total de pagamento
Anteprojecto/Projecto de licenciamento	15% com a entrega do Anteprojecto
Projecto de Execução	30% com a entrega do Projecto de Execução
	30% com a aprovação do Projecto de Execução
Assistência Técnica	10% com a entrega das Telas Finais e Certificado Energético

### 3.2 – Faturação

3.2.1 O Adjudicatário apresentará as faturas acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.

3.2.2 Serão deduzidas, nos pagamentos parciais a fazer ao Adjudicatário, as importâncias necessárias à liquidação das penalidades que lhe tenham sido aplicadas.

3.2.3 O pagamento das faturas aprovadas sobre os montantes devidos, efetuar-se-á no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da receção das mesmas.

3.2.4 Caso as faturas não mereçam a aprovação da Entidade Adjudicante, porque não estão conformes com o contratado, esta comunicará tal decisão ao Adjudicatário que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.

3.2.5 Cada fatura deverá incluir os seguintes elementos:

- Referência do Contrato;
- Rubrica Orçamental;
- Descrição, referindo o(s) documento(s) que a suportam;
- IBAN, para efeitos de transferência bancária;
- Incidência do IVA, em separado;
- Documentação de suporte;
- Emissão em nome do Município de Viseu;

### 3.3 – Mora no Pagamento

- 3.3.1 Em caso de atraso do Município de Viseu no cumprimento de obrigações pecuniárias, tem o Adjudicatário direito a juros de mora nos termos previstos no artigo 326.º do CCP.

## 4 – PRAZOS DE EXECUÇÃO

### 4.1 – Prazos de Execução da Prestação de Serviços

- 4.1.1 Os serviços objeto da presente prestação de serviços deverão ser executados no prazo de **90 dias** de calendário, contados da assinatura do Contrato, observando os seguintes prazos parcelares:

Fase de Projeto (*)	Prazo de entrega
Anteprojeto	60 dias após outorga do contrato
Projeto de Execução	30 dias após a comunicação da aprovação do Anteprojeto
Assistência Técnica	Durante a execução da obra (280 dias)
Telas Finais	Entrega no prazo máximo de 30 dias após a receção provisória da obra.

### 4.2 - Multas por Violação dos Prazos Contratuais

- 4.2.1 Em caso de atrasos no cumprimento dos prazos mencionado no ponto 4.1, será aplicada uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 2 ‰ (dois por mil) do preço contratual.

---

## II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

### 1 – DISPOSIÇÕES GERAIS

#### 1.1 – Localização

- 1.1.1 A área de intervenção refere-se à **“Requalificação da Rua do Arco - Viseu”**.

#### 1.2 - Descrição do Projeto / Ações

- 1.1.2 O presente procedimento tem como objetivo a realização a elaboração dos Projeto de Execução para a **“Requalificação da Rua do Arco - Viseu”**.
- 1.1.3 As soluções a desenvolver deverão dar cumprimento ao estabelecido / definido nas peças de procedimento, nomeadamente no Programa Preliminar, Programa de Concurso, e Caderno de Encargos, com as necessárias adaptações que decorrem dos pareceres pelas entidades competentes.

#### 1.3– Condicionantes Financeiras

- 1.3.1 O Adjudicatário obriga-se a observar com a sua proposta (e em sede de execução de Contrato, caso este lhe seja adjudicado), o limite máximo definido no ponto seguinte a título de enquadramento orçamental da empreitada, por meio de soluções construtivas e aplicação de materiais ou acabamentos em consonância com tal objetivo, sob pena de exclusão de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 2 do art.º 70.º do CCP.
- 1.3.2 Os montantes máximos previstos para a obra estão definidos nos programas preliminares, a que acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.
- 1.3.3 Caso o valor do orçamento apresentado seja excedido, por razões imputáveis ao Adjudicatário, a Município de Viseu, reserva-se no direito de exigir a sua revisão, sendo os encargos daí resultantes por conta do Adjudicatário.

#### 1.4– Equipa Técnica

- 1.4.1 A equipa técnica que realizará a elaboração dos Projetos das Especialidades deverá ser constituída por profissionais com competências nas áreas técnicas que se considerem adequadas e demonstrar experiência profissional e conhecimento técnico e científico nas áreas que se prevê que venham a ser objeto de avaliação, de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, a Lei nº 31/2009, de 3 de julho, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, que aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos e os deveres que lhes são aplicáveis.
- 1.4.2 A identificação dos vários técnicos que integram a equipa projetista, ficará discriminada em documento anexo ao Contrato.
- 1.4.3 A Equipe Técnica de Projeto deve cumprir os requisitos previstos no Anexo I à Lei n.º 1/2009, de 3 de julho, consoante o tipo de obra.
- 1.4.4 Os membros da equipa projetista a alocar à prestação de serviços deverão corresponder à lista de membros da equipa projetista apresentada com a proposta adjudicada no âmbito do procedimento.
- 1.4.5 A equipa projetista só poderá ser alterada mediante prévio e expresse consentimento do Município de Viseu.



### **1.5 – Coordenação e Acompanhamento do Desenvolvimento do Projeto**

- 1.5.1 O Coordenador de Projeto é responsável, nos termos do disposto no artigo 9.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, por assegurar a adequada articulação da equipa, bem como a funcionalidade e exequibilidade das soluções a adotar, assegurando a compatibilidade entre as várias peças e especialidades de projeto e o estrito cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como a representação da equipa perante o Município de Viseu, Fiscalização ou outras entidades.
- 1.5.2 Sem prejuízo das obrigações decorrentes do preceito legal referido no número anterior, cabe ao Coordenador representar a equipa de projeto junto do Município de Viseu em reuniões periódicas e sempre que para tal seja convocado.
- 1.5.3 Serão realizadas reuniões com periodicidade semanal com o Adjudicatário e o Município de Viseu. Sempre que se justificar, e por iniciativa do Município de Viseu, a periodicidade indicada poderá ser alterada.

### **1.6 – Cumprimento do Direito em Vigor**

- 1.6.1 Constitui enquadramento legal para a Coordenação de Projeto e elaboração dos Projetos de Execução das Especialidades, sem prejuízo dos demais aplicáveis:
  - a) Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as devidas atualizações;
  - b) Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto;
  - c) Lei n.º 31/2009, de 3/07, com as devidas atualizações.
  - d) Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;
  - e) As especificações técnicas e instruções dadas pelo Município de Viseu, para além das normas e disposições legais aplicáveis.
- 1.6.2 Na execução do objeto do presente procedimento, o Adjudicatário deverá respeitar, cumprir e fazer cumprir toda a legislação vigente e demais normas, nomeadamente as regras e regulamentações técnicas aplicáveis à realização de planos, projetos e de estudos.
- 1.6.3 O Adjudicatário deverá ainda obedecer a todos os regulamentos e demais legislação vigente aprovados pelo Município de Viseu e/ou entidades públicas com competência sobre a zona dos trabalhos ou sobre a zona dos trabalhos ou sobre a matéria regulada no objeto deste procedimento.

### **1.7 – Direitos de Autor**

- 1.7.1 É garantida, nos termos referidos no presente artigo, a salvaguarda dos Direitos de Autor e a divulgação, pelo Adjudicatário, dos estudos e projetos produzidos no âmbito da prestação de serviços, nos termos da legislação aplicável.
- 1.7.2 Todos os elementos são produzidos pelo Adjudicatário, mediante encomenda formulada pela Entidade Adjudicante, pelo que, os inerentes Direitos de Autor constituirão, nos termos do n.º 1, do art.º 14.º do Código dos Direitos de Autor e Direitos Conexos, propriedade exclusiva da Entidade Adjudicante.
- 1.7.3 O Adjudicatário aceita e reconhece que à Entidade Adjudicante, assistirá o direito de usar e dispor de todos os documentos de natureza patrimonial adquiridos nos termos do número anterior, com exclusão dos direitos de natureza moral e intelectual, nos termos do art.º 56.º Código dos Direitos de Autor e Direitos Conexos.

## **2 – PROJETOS**

### **2.1 – Conteúdo dos Projetos**

- 2.1.1 O conteúdo envolve a elaboração dos Projetos de Execução necessários para a correta e completa definição dos trabalhos a realizar em fase de obra.
- 2.1.2 As especialidades para os quais será necessário elaborar os Projetos de Execução são as indicadas nos programas preliminares.
- 2.1.3 Os Projetos das Especialidades serão desenvolvidos tendo em consideração a solução arquitetónica adotada, levantamento topográfico, legislação, regulamentos, normas técnicas, informações, cadastros, critérios e exigências técnicas obtidas junto das entidades competentes do Município de Viseu pelo Adjudicatário.
- 2.1.4 A lista de todos os tipos de trabalhos necessários para a execução da obra, bem como o mapa de quantidades (Excel), deve ser detalhadamente discriminada.
- 2.1.5 Constituirá incumbência do Adjudicatário, a iniciativa de promover o contacto com todas as entidades que entendam necessárias, estando o Município de Viseu disponível para prestar o devido apoio.
- 2.1.6 Nas diferentes fases acima identificadas o Adjudicatário é responsável pela instrução dos processos necessários, com vista aos licenciamentos / aprovações, a apresentar nas entidades competentes.
- 2.1.7 Compete ainda ao Adjudicatário a compatibilização com outros projetos que com estes se articulem.
- 2.1.8 As peças que integram cada um dos projetos, nas fases que se encontram previstas para o seu desenvolvimento, deverão cumprir o estabelecido na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, bem como demais normas técnicas em vigor.

### **2.2 – Modo de Apresentação dos Projetos**

- 2.2.1 O modo de apresentação dos projetos deverá obedecer ao indicado nos programas preliminares.

## **3 – AMBIENTE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO**

### **3.1 Orientações Ambientais**

- 3.1.1 No desenvolvimento dos projetos em apreço, pretende-se que o Adjudicatário adote boas práticas ambientais e que considere os impactes ambientais dos materiais que irá propor, nomeadamente no que se refere aos danos que poderão causar aos ecossistemas, à escassez de recursos, às emissões, ao consumo energético, aos resíduos que irão gerar, à possibilidade de posterior reutilização e à durabilidade dos materiais.

### **3.2 – Higiene e Segurança no Trabalho**

- 3.2.1 O Adjudicatário deverá dar cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro, e demais legislação em vigente sobre esta matéria.

- 3.2.2 O Adjudicatário deverá ainda assegurar a integração dos princípios gerais de prevenção de riscos profissionais nos termos do art.º 4.º do no Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro, evidenciando o seu cumprimento na Memória Descritiva ou noutro documento próprio.
- 3.2.3 O Adjudicatário compromete-se a que o Coordenador de Projeto, a equipa de projeto e todos os intervenientes na elaboração do projeto, cumpram o estabelecido no art.º 4.º do no Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro, entregando juntamente com o projeto, declaração, devidamente, datada e assinada, que garanta ter sido observado o previsto no referido artigo.

#### **4- TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**4.1** O Prestador de Serviços compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados ("RGPD") – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD ("LERGPD"), e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, designadamente:

- a)** Tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- b)** Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos, durante a vigência do contrato, e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo Contraente Público, ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele;
- c)** Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Contraente Público esteja especialmente vinculado e prestar toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
- d)** Não contratar outro subcontratante sem que o Contraente Público tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral, devendo informar de quaisquer alterações pretendidas quanto ao aumento do número ou à substituição de outros subcontratantes, podendo o Contraente Público opor-se às referidas alterações;
- e)** Caso o Prestador de Serviços seja autorizado pelo Contraente Público a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das entidades subcontratadas, bem como por toda a atuação das mesmas;
- f)** Garantir que os prestadores de serviços ulteriores, ou sub-subcontratantes, cumprem a legislação aplicável em matéria de proteção de dados, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o Prestador de Serviços celebre com outras entidades por si subcontratadas, considerando-se responsável, perante o Contraente Público, pelo cumprimento das obrigações dos sub-subcontratantes;
- g)** Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Contraente Público, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou

o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;

- h)** Manter o Contraente Público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- i)** Assegurar o cumprimento do RGPD, LERGD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Prestador de Serviços, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Prestador de Serviços e o referido colaborador;
- j)** Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- k)** Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
- l)** Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- m)** Utilizar medidas de segurança física, nomeadamente, a separação lógica dos processos e dos dados pessoais do Contraente Público dos dados pessoais de outros clientes do Prestador de Serviços, a utilização de backups, o armazenamento de documentos em área ou salas trancadas de acesso restrito;
- n)** Utilizar medidas de segurança lógica quando necessário, nomeadamente, a pseudonimização ou a cifragem dos dados pessoais, o controlo de acessos, a restrição de acessos através de contas de utilizador com permissões específicas e a utilização de logs de atividade, ou demais regras que resultem da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março, e da Diretriz da CNPD sobre medidas organizativas e de segurança aplicáveis aos tratamentos de dados pessoais;
- o)** Adotar as medidas técnicas apropriadas para salvaguardar a segurança das suas redes de comunicação eletrónicas e/ou dos serviços prestados à Contraente Público ou utilizados para transferir ou transmitir dados pessoais;
- p)** Prestar assistência ao Contraente Público, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações relativamente aos direitos dos titulares dos dados, nos termos previstos no RGPD, designadamente, o exercício dos direitos de acesso, retificação, apagamento, limitação do tratamento, portabilidade dos dados, oposição de tratamento e de revogação do consentimento;
- q)** Notificar de imediato o Contraente Público, caso o pedido do titular dos dados tenha sido apresentado diretamente ao Prestador de Serviços, e abster-se de responder ao pedido, salvo se autorizado a fazê-lo pelo Contraente Público;
- r)** Notificar o Contraente Público de forma imediata, e em qualquer circunstância no prazo máximo de 24 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente contrato a



fim de permitir ao Contraente Público, enquanto responsável pelo tratamento de dados, decidir sobre o cumprimento do disposto nos artigos 33.º e 35.º do RGPD.

- s) Não disponibilizar ou publicar qualquer informação, comunicação, aviso, press release, ou relatório sobre qualquer Violação de Segurança, em relação aos dados pessoais tratados no âmbito do presente contrato, sem aprovação prévia do Contraente Público;
- t) Prestar apoio na concretização de qualquer avaliação de impacto sobre a proteção de dados, quando solicitado pelo Contraente Público, e colaborar com este na implementação de ações de mitigação dos riscos de privacidade identificados;
- u) Disponibilizar, a pedido do Contraente Público, e mediante um pré-aviso razoável, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações acima, bem como permitir que representantes do Contraente Público auditem a conformidade do Prestador de Serviços com requisitos previstos na presente cláusula e na legislação aplicável;
- v) Permitir o acesso do Contraente Público aos suportes de tratamento de dados pessoais, no que respeita ao registo dos tratamentos efetuados, no âmbito do presente contrato, para efeitos de auditoria e verificação do cumprimento das obrigações legais e contratuais inerentes;

**4.2** O Prestador de Serviços será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou fornecedores, em violação das normas legais aplicáveis.

**4.3** Os detalhes das operações de tratamento, em particular, a duração, a natureza e a finalidade do tratamento, o tipo de dados pessoais e as categorias dos titulares dos dados, são especificadas no Anexo I do Caderno de Encargos, do qual faz parte integrante.

**4.4** O tratamento de dados pessoais a realizar pelo Prestador de Serviços, enquanto subcontratante, é efetuado de acordo com as instruções do Contraente Público, na qualidade de responsável pelo tratamento de dados.

**4.5** Finda a vigência do contrato, o Prestador de Serviços tem a obrigação, consoante a escolha do Contraente Público, de eliminar/apagar ou devolver os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, salvo se a conservação dos dados for exigida ao abrigo da legislação aplicável em matéria de proteção de dados.

**4.6** Caso seja solicitada qualquer informação relativa a dados pessoais por lei, por ordem judicial, por mandado, ou por notificação ou qualquer outro processo judicial legal, as partes cooperaram no sentido de remeter a informação no mais curto espaço de tempo possível, permitindo cumprir à parte interessada o respetivo prazo legal.

**4.7** O Prestador de Serviços deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.

**4.8** O Contraente Público designou um Encarregado de Proteção de Dados, que poderá ser contactado através do seguinte endereço eletrónico: [epd.rgpd@cmviseu.pt](mailto:epd.rgpd@cmviseu.pt).



## 5 Anexo I – Informações sobre o tratamento de dados

### I. Descrição do tratamento de dados pessoais

**Observações: No presente procedimento os dados pessoais tratados encontram-se sublinhados**

Categorias de titulares	– Exemplos: Munícipes; Colaboradores; Utilizadores; Clientes
Categorias de dados pessoais tratados	<p><i>Dados de identificação:</i></p> <p><input type="checkbox"/> Exemplos: Nome, fotografia, número de identificação civil, número de utente de saúde, número de segurança social, número de sistema de proteção de saúde (quando aplicável);</p> <p><i>Dados de contacto:</i></p> <p><input type="checkbox"/> Exemplos: Morada, e-mail, telefone;</p> <p><i>Dados de faturação:</i></p> <p><input type="checkbox"/> Exemplos: Número de identificação fiscal, montante cobrado, data, IBAN;</p> <p><i>Vida familiar:</i></p> <p><input type="checkbox"/> Exemplos: Estado civil, número de filhos ou pessoas dependentes e/ou qualquer outra informação necessária para atribuição de benefícios ou determinar os complementos salariais;</p> <p><i>Vida profissional:</i></p> <p><input type="checkbox"/> Exemplos: CV, situação profissional, escolaridade, formação, distinções, diplomas, data de admissão, cargo, categoria profissional, nível salarial e tipo de contrato;</p> <p><i>Dados de ordem financeira e patrimonial:</i></p> <p><input type="checkbox"/> Exemplos: Remuneração, remunerações suplementares, variáveis ou montantes fixos, subsídios, férias, assiduidade, licenças, ou outras informações relacionadas com remunerações suplementares, montante ou taxas de contribuições obrigatórias ou facultativas, métodos de pagamento, nome do banco e número da conta bancária (NIB ou IBAN), rendimentos, património;</p> <p><i>Dados de tráfego e de localização:</i></p> <p><input type="checkbox"/> Exemplos: endereços IP, logs, identificadores dos terminais, identificadores de ligação, dados de data e hora, dados de GPS, GSM; pontos wi-fi;</p> <p><i>Dados de navegação na internet:</i></p> <p><input type="checkbox"/> Exemplos: IP de cookies de sessão, cookies de utilizadores, cookies de terceiros, dados de navegação;</p> <p><i>Perfis:</i></p> <p><input type="checkbox"/> Exemplos: hábitos de vida, bom devedor, saudável;</p> <p><i>Dados de categorias especiais:</i></p>



	<ul style="list-style-type: none"><li>- Exemplos: origem racial ou étnica, opiniões políticas, convicções religiosas e filosóficas, filiação sindical, dados genéticos, dados biométricos (controlo de acesso físico, controlo de acesso lógico), dados sobre a saúde, a vida sexual e a orientação sexual;</li></ul> <p><i>Dados relacionados com condenações penais e infrações:</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Exemplos: registo criminal.</li></ul>
Natureza do Tratamento	<p>[Descrição pormenorizada do tratamento]</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Exemplo:</li></ul> <p>A prestação dos serviços de <b>Aquisição de projeto de execução para a Requalificação da Rua do Arco - Viseu</b> implica o tratamento de dados pessoais de colaboradores da Primeira Outorgante. A Segunda Contratante trata a informação mediante as instruções da Primeira Cliente, de acordo com as necessidades definidas, não tendo relação direta com as pessoas cujos dados pessoais processa. Implica as atividades de: Registo e armazenamento da informação da Primeira Outorgante; Eliminação ou destruição da informação quando requerido Primeira Outorgante e o término do serviço. Os dados são fornecidos pela Primeira Outorgante, na qualidade de responsável pelo tratamento, através de ficheiros encriptados e são armazenados em servidores locais da Segunda Outorgante, sem recurso a subcontratantes ulteriores.</p>
Duração do Tratamento	<p>Exemplo: <b>prazo de acordo com a gestão arquivista</b>, outro prazo que se revele necessário para a prossecução da finalidade do contrato;</p>